



**ORDEM DA
TRINDADE**

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2025

ÍNDICE

Convocação da Assembleia Geral.....	4
Corpos Gerentes para o quadriénio de 2023-2026	5
Relatório de Gestão da Mesa Administrativa.....	6
Demonstrações Financeiras	22
Certificação Legal das Contas.....	60
Parecer da Junta Consultiva	68



ORDEM DA TRINDADE

CELESTIAL ORDEM TERCEIRA DA

SANTÍSSIMA TRINDADE

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL

De harmonia com os Artigos 40º. e 42º. dos Estatutos convido todos os Irmãos que se encontram nas condições do artigo 15º., a reunir em Assembleia Geral Ordinária, na Sede da Ordem, pelas 18:00 horas, do dia 26 de Março de 2026 (quinta-feira), com a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1 – Apreciação e votação do Relatório, Balanço e Contas da Mesa Administrativa e respetivo parecer da Junta Consultiva, referentes à Gerência de 2025;
- 2 – Deliberação sobre a proposta de aplicação dos resultados;
- 3 – Discussão de outros assuntos de interesse para a Instituição.

Se à hora marcada não comparecer o número legal de Irmãos, a Assembleia funcionará em segunda convocatória, 30 minutos depois, no mesmo local, com qualquer número de Irmãos e com a mesma Ordem do Dia.

Porto e Secretaria da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, 9 de Março de 2026

O PRESIDENTE DA MESA DA
ASSEMBLEIA GERAL,

CELESTIAL ORDEM DA
SS. TRINDADE
Contribuinte n.º 500 844 844
Rua da Trindade, 115
4000-541 PORTO

(~~Prof. Dr.~~ Rui Miguel Sousa Simões Fernandes Marrana)



**CORPOS GERENTES
PARA O QUADRIÊNIO DE 2023 - 2026**

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- Rui Miguel Sousa Simões Fernandes Marrana (Dr.)
Vice-Presidente	- José Adriano Serôdio de Magalhães (Dr.)
Secretário	- José Avelino Taveira da Fonseca (Dr.)
Vice-Secretário	- Pedro Manuel Seara Cardoso Perez (Dr.)
Vice-Secretário	- André Sérgio Navarro Noronha (Dr.)

JUNTA CONSULTIVA – EFECTIVOS

Presidente	- Carlos Manuel Antunes Mendes (Dr.)
Vice-Presidente	- Pedro Nuno Silva Ferreira Rodrigues (Dr.)
Secretário	- José Carlos Antunes Lopes Mendes (Eng.º)

SUBSTITUTOS

- Bernardino Acácio Pinto da Rocha
- Maria Cristina Norton Lages Malafaia Sá Dias Duarte (Dr.ª)

MESA ADMINISTRATIVA - EFECTIVOS

Provedor	- Pedro de Almeida Saavedra (Eng.º)
Vice-Provedor	- José António Pinheiro Teixeira (Dr.)
1º. Secretário	- Alberto Joaquim Milheiro Barbosa (Eng.º)
2º. Secretário	- Nelson Manuel Duarte Pinheiro Cardoso
Tesoureiro	- José Luís da Silva Fonseca (Dr.)
Vice-Tesoureiro	- Gaspar Augusto Duarte Sousa Coutinho (Eng.º)
Vogal	- Jorge Manuel Pinto Oliveira

SUBSTITUTOS

- José Manuel Duarte Pinheiro Cardoso (Dr.)
- José Pedro de Oliveira Pinto Brandão (Dr.)



**ORDEM DA
TRINDADE**

RELATÓRIO DE GESTÃO DA MESA ADMINISTRATIVA

ANO 2025



RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2025

Nos termos da Lei e das disposições estatutárias da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade (doravante “Ordem da Trindade”), vem a sua Mesa Administrativa submeter à apresentação de V. Exas. o Relatório de Gestão, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

INTRODUÇÃO

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, fundada em 1755, é uma instituição com uma narrativa que se confunde com a da cidade do Porto desde o século XVIII. Herdeira de uma longa história que remonta ao século XI, tempo das cruzadas e da constituição do reino de Portugal, a Ordem Terceira da Trindade participou no movimento de transformação da cidade medieval em urbe moderna, definindo e consolidando uma nova centralidade no Porto.

A Experience Trindade-Porto pretende assim dar a conhecer a importância da nossa Ordem na história da cidade e para esse efeito disponibiliza três circuitos de visita diferenciados: Igreja, Ordem e Full Experience, incluindo este uma subida à torre sineira e aos terraços da nossa Igreja, que é a maior do Porto, todos acompanhados por áudio-guias originais de fácil utilização no telemóvel, produzidos por uma equipa de peritos multidisciplinar.

Na vertente social, que continua a ser o “ADN” desta instituição num apoio direto aos irmãos e à comunidade, destacamos as seguintes ações:

- Realização de obras de conservação na igreja;
- Manutenção do número de refeições distribuídas na cantina social;
- Disponibilização de consultas gratuitas aos nossos irmãos.



1. ENQUADRAMENTO CONJUNTURAL

Enquadramento internacional:

De acordo com as projeções macroeconómicas para a área do euro, de dezembro de 2025, do Banco Central Europeu¹, a economia da área do euro estava a dar provas de resiliência, não obstante a conjuntura mundial difícil.

O produto interno bruto (PIB) real aumentou 0,3% no terceiro trimestre de 2025, um valor superior ao indicado nas projeções de setembro. Este aumento ocorreu na sequência de desenvolvimentos voláteis no primeiro semestre do ano de 2025, refletindo os efeitos do abastecimento prévio em resposta aos direitos aduaneiros mais elevados impostos pelos Estados Unidos da América (EUA) e à incerteza associada.

Era expectável que a procura interna continuasse a ser o principal fator impulsionador do crescimento da área do euro, estimulada pela subida dos salários reais e do emprego, num contexto de mercados de trabalho resilientes com taxas de desemprego historicamente reduzidas. Previa-se que a despesa pública adicional em infraestruturas e defesa anunciadas, especialmente na Alemanha, a par da melhoria das condições de financiamento decorrentes das reduções das taxas de juro diretas desde junho de 2024, apoiasse a economia interna.

A nível externo, embora persistissem desafios em termos de competitividade, incluindo alguns de natureza estrutural, era previsível que as exportações recuperassem no ano de 2026. Projetava-se que o crescimento médio anual do PIB real ascendesse a 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027 e 2028.

De acordo com as referidas projeções, a inflação desceria 2,1% em 2025 para 1,9% em 2026 e 1,8% em 2027, subindo em 2028 para o objetivo de médio prazo de 2% definido pelo BCE.

¹ Fonte: Comunicado do Banco Central Europeu sobre Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema, dezembro 2025;
https://www.ecb.europa.eu/press/projections/html/ecb.projections202512_eurosystemstaff-12ead61977_pt.html



ORDEM DA TRINDADE

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letter 'A']

Todavia, o conflito armado no Médio Oriente deixou o mundo económico e financeiro em alerta. Os ataques dos EUA e de Israel ao Irão em 28 de fevereiro de 2026 desencadearam tensões militares crescentes em todo o Golfo Pérsico. E a incerteza global disparou.

Não é possível estimar a duração deste conflito militar, bem como a sua influência nas projeções económicas da União Europeia. Este conflito está a gerar um grande impacto nos mercados energéticos, o que poderá gerar uma pressão adicional na inflação na Europa. Este cenário de aumento da inflação poderá levar o Banco Central Europeu (BCE) e outros grandes bancos centrais a alterar a sua trajetória de política monetária.

Enquadramento interno:

De acordo com o Boletim Económico, de dezembro de 2025, do Banco de Portugal², a economia portuguesa apresentava um crescimento robusto, sendo expectável crescer 2% em 2025 e prevendo-se uma aceleração para 2,3% em 2026, seguida de um abrandamento para 1,7% e 1,8% em 2027 e 2028, respetivamente.

Era previsível que a inflação recuasse para 2,2% em 2025 e 2,1% em 2026, estabilizando em 2% nos dois anos seguintes, em linha com as perspetivas para a área do euro.

Os riscos para esta projeção, predominantemente negativos para a atividade e equilibrados para a inflação, são, essencialmente, de natureza externa: agravamento de tensões comerciais e geopolíticas, impacto das tarifas e correção abrupta dos mercados financeiros. Entre os riscos internos, destaca-se a possibilidade de um investimento inferior ao projetado, caso o financiamento total do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) não seja executado. Em sentido contrário, era

² Fonte: Fonte: Comunicado do Banco de Portugal sobre o Boletim Económico de dezembro de 2025, de 19 de dezembro de 2025; <https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-economico-dezembro-2025>



previsível que a despesa europeia em defesa e infraestruturas estimulasse o crescimento.

Entre janeiro e fevereiro de 2026, várias tempestades fustigaram Portugal, causando destruição massiva, especialmente na região Centro e distrito de Leiria. As chuvas intensas, provocaram inundações, cortes de energia e nas comunicações e danos estruturais, levando a um Estado de Calamidade, a apoios governamentais, à aprovação de lay-off simplificado com salários a 100% e moratória de 90 dias no crédito para afetados (Decreto-Lei n.º 31-B/2026, de 05/02), bem como a previsão de um efeito negativo importante nas contas públicas e no PIB, cuja importância ainda não é quantificável.

Acrescem as previsíveis consequências económicas do conflito no Médio Oriente na economia nacional, igualmente ainda não quantificável, transversal a todos os setores económicos, através da pressão no aumento dos combustíveis, da inflação e da subida dos juros.

Enquadramento do Setor Social e Solidário 2025:

No ano de 2025, o setor social e solidário em Portugal manteve um papel determinante na promoção da coesão social e na resposta às necessidades das populações mais vulneráveis, num contexto ainda marcado por desafios económicos e sociais.

Verificou-se um aumento da procura de respostas sociais, particularmente nas áreas de apoio à população idosa, apoio domiciliário, creche e acompanhamento de famílias em situação de fragilidade socioeconómica. O envelhecimento demográfico e as dificuldades no acesso à habitação e a bens essenciais continuaram a pressionar as instituições.

Ao nível do enquadramento institucional, manteve-se a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário, designadamente no âmbito dos acordos



celebrados com a Segurança Social, que continuam a constituir a principal fonte de financiamento das respostas sociais desenvolvidas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Persistiram, contudo, desafios relevantes, nomeadamente:

- Atualização insuficiente das comparticipações face ao aumento dos custos operacionais (energia, alimentação e recursos humanos);
- Dificuldades na contratação e retenção de profissionais qualificados;
- Crescente exigência regulamentar e administrativa;
- Necessidade de investimento na modernização das infraestruturas e na transição digital.

Em síntese, o ano de 2025 caracterizou-se por um reforço da relevância social das IPSS, num contexto de maior pressão sobre os recursos disponíveis, exigindo gestão prudente, capacidade de adaptação e compromisso contínuo com a missão institucional.

2. APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No ano de 2025, o volume de negócios da Ordem da Trindade aumentou 7%. Este aumento deveu-se essencialmente à estratégia de parcerias levadas a cabo nos últimos anos.

No que respeita aos resultados do exercício, estes aumentaram cerca de 37%, face ao período anterior, principalmente devido ao crescimento do volume de negócios e gestão de recursos financeiros, bem como à influência da reversão de uma provisão. Face a este contexto, há ainda a salientar a evolução favorável dos rácios financeiros da empresa. O fundo de maneo e a autonomia financeira apresentam valores confortáveis, permitindo à empresa encarar o futuro, que se advinha difícil, com tranquilidade.



ORDEM DA TRINDADE

Os principais indicadores económicos e financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentam-se como segue:

a) Rendimentos e Réditos

Valores em euros

Descrição	2025	2024	Var. 25/24	Var %
Volume Negócios	3 197 535	2 985 633	211 902	7%
Subsídios à Exploração		106 234	-106 234	-100%
Provisões	262 261	2 686	259 575	97%
Outros Rendimentos	1 402 870	1 640 124	-237 254	-14%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	6 815	110	6 705	61%
Rendimentos Totais	4 869 481	4 734 787	134 694	3%

b) Estrutura de Gastos

Valores em euros

Descrição	2025	2024	Var. 25/24	Var %
Custo das Matérias Consumidas	186 302	218 966	-32 664	-15%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 226 986	2 257 680	-30 694	-1%
Gastos com Pessoal	873 405	737 837	135 568	18%
Depreciações e Amortizações	645 995	575 306	70 689	12%
Perdas por Redução de Justo Valor		758	-758	-100%
Outros Gastos	55 760	75 775	-20 015	-26%
Juros e Gastos Similares Suportados	353 503	480 681	-127 178	-27%
Gastos Totais	4 341 951	4 347 003	-5 052	0%

c) Resultados

Valores em euros

Resultados	2025	2024	Var. 25/24	Var %
EBITDA	1 522 621	1 443 661	78 960	6%
EBIT	876 626	868 356	8 270	1%
Resultado antes de impostos	529 939	387 784	142 155	37%
Resultado Líquido	529 939	387 784	142 155	37%



Handwritten signature
ORDEM DA TRINDADE

Handwritten initials and signatures

d) Estrutura Financeira

Rádios Financeiros	2025	2024	Var. 25/24	Var %
AUTONOMIA FINANCEIRA	78%	77%	1	1%

e) Rentabilidade

Rádios Económicos	2025	2024	Var. 25/24	Var %
SOLVABILIDADE TOTAL	3,56	3,29	0,27	8%
EBITDA/ATIVO	0,03	0,03	0,00	0%
EDITDA/VN	0,48	0,48	0,00	0%

3. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Dando cumprimento às divulgações exigidas por diplomas legais, a Mesa Administrativa informa o que segue:

- A instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora;
- Conforme artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados;
- Não existem eventos subsequentes à data da Demonstração da Posição Financeira que influenciem a leitura e interpretação das presentes demonstrações financeiras;
- Nos termos legais, informa-se que não existiram negócios entre a Mesa Administrativa e a instituição no decurso do exercício de 2025;
- Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2025 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem



**ORDEM DA
TRINDADE**

verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;

- f) A instituição não tem sucursais;
- g) Em dezembro de 2024, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade foi notificada sobre o relatório final de três ações inspetivas, no âmbito das obras de reabilitação do Hospital da Trindade, que envolveram a contratação de diversos serviços de construção civil e serviços técnicos associados, as quais, originaram liquidações adicionais de imposto dirigidas ao IVA dos anos de 2020, 2021 e 2022.

A Mesa Administrativa da Ordem da Trindade, com base na informação jurídica prestada pelos Advogados e Consultores Fiscais externos, entende que os montantes em causa não são devidos e considera existirem fundamentos jurídicos relevantes que sustentam a posição da entidade no referido processo judicial, pelo que, decidiu não constituir qualquer provisão relativamente a este processo;

- h) Encontra-se em fase de instrução, o Processo 6625/20.0T8PRT referente a um pedido de indemnização de responsabilidade por atos médicos contra a Ordem da Trindade e o médico, no montante global de 111.822 Euros. Como este eventual dano está coberto pelo seguro de responsabilidade civil, a Mesa Administrativa não reconhece risco nesta ação, não tendo constituído qualquer provisão para este efeito.

4. GESTÃO DO RISCO

A Gestão do Risco tem como objetivo central a criação de valor, através de processos



**ORDEM DA
TRINDADE**

afetação de recursos, o bom funcionamento dos mercados do produto e de trabalho e a manutenção da aposta no aumento das qualificações da população.

Neste contexto, o foco estratégico consiste na melhoria da solvabilidade financeira, a reafecção de recursos físicos e humanos para potenciar o crescimento da instituição.

A Ordem da Trindade, continuará incansavelmente o caminho do desenvolvimento e da valorização da IPSS, com a audácia e prudência pelas quais tem pautado as suas decisões, pelo que irá continuar a implementar medidas que reforcem os projetos próprios ou em associação que aumentem os níveis de sustentabilidade, nos seus pilares sociais, económicos e ambientais, especialmente no atual contexto de recuperação e retoma da economia.

É assim expectativa da instituição que a implementação dos referidos projetos permita melhorar a eficiência operacional e consolidar os níveis de rentabilidade e resultados atingidos.

Iremos prosseguir a nossa ação social junto dos nossos irmãos e com a comunidade.

Iremos procurar novos inquilinos para o património devoluto, bem como atentar às hipóteses de recuperação e manutenção do património existente.

Prosseguiremos com o contrato de prestação de serviços de assistência médica com o Hospital Pedro Hispano que ocupa todo o piso 4.

A sala de Exposições Temporárias que integra o circuito de Visitação (Museu) continuará ocupada em permanência com eventos com o intuito dar mais visibilidade ao nosso museu, atrair mais visitantes e destacar o papel cultural que a nossa Ordem tem no programa cultural da cidade do Porto.



ORDEM DA
TRINDADE

de gestão e controlo das incertezas e ameaças que podem atingir a instituição, estando subjacente uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo.

A Ordem da Trindade tem uma equipa cuja missão consiste no acompanhamento de temas de primeira importância para o seu desenvolvimento sustentado, promovendo uma visão independente e objetiva que suporte o processo de tomada de decisão da Mesa Administrativa.

O processo de Gestão do Risco concretiza-se num conjunto de etapas que se repetem ciclicamente e que a seguir se apresentam:

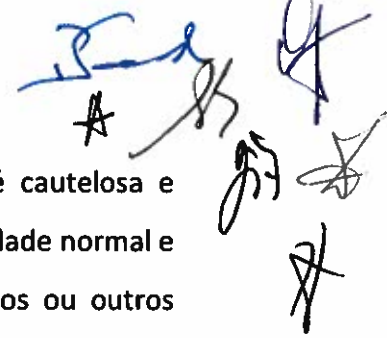
- Identificação do risco: determinação dos riscos a que a organização está exposta e do nível de tolerância de exposição a esses riscos;
- Mensuração do risco: quantificação das exposições ao risco e produção de relatórios de base à tomada de decisão;
- Controlo e gestão do risco: definição de ações a empreender para fazer face ao risco;
- Implementação das medidas de gestão de risco definidas;
- Monitorização: avaliação do processo de gestão de risco e, se necessário, realinhamento e redefinição de estratégias

Como cultura de gestão e sentido de prudência, as tomadas de decisão são ponderadas e existe uma clara aversão ao risco, mas no desenvolvimento da sua atividade a instituição encontra-se exposta a uma variedade de riscos:

a) Gestão do Risco Financeiro

A Ordem da Trindade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa juro, de liquidez e de crédito.

Este conjunto de riscos financeiros resulta do desenrolar da atividade, e induzem incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.



A postura da Ordem da Trindade à gestão de riscos financeiros é cautelosa e conservadora, sempre na perspetiva de que se relacionem com a atividade normal e corrente da instituição, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de carácter especulativo.

b) Risco da Taxa de Juro

A política de gestão de risco da taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas, resultantes de variações das taxas de juros a que se encontra indexada a dívida financeira da instituição.

c) Risco de Liquidez

A política de risco de liquidez tem por objetivo garantir que existam fundos disponíveis a cada momento na Ordem da Trindade, suficientes para que estes possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos. Trata-se, portanto, de assegurar que a instituição disponha dos meios financeiros necessários (saldo, fluxos financeiros de entrada) para solver compromissos (fluxos financeiros de saída), no momento em que estes se tornam exigíveis.

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Parcerias com as entidades financiadoras, assegurando o apoio financeiro, nas melhores e/ou nas mais favoráveis conjunturas;
- Realização de um planeamento financeiro, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de



**ORDEM DA
TRINDADE**

cada projeto da Ordem da Trindade;

- Manutenção de uma estrutura de dívida com níveis de financiamento de médio e longo prazo cada vez mais reforçada, reduzindo a dependência de fundos mais voláteis de curto prazo, criando-se alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reserva de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Procura de diversificação das fontes e instrumentos financeiros.

d) Risco de Crédito

A política de gestão de risco de crédito tem por objetivo garantir que a Ordem da Trindade promova a efetiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

A exposição da instituição ao risco de crédito prende-se sobretudo com as contas a receber decorrentes do desenrolar normal da atividade.

A mitigação deste risco é conseguida pela manutenção de estrutura de controlo de crédito e cobrança.

Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não suscetíveis de afetar a saúde financeira da Ordem da Trindade.

5. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA INSTITUIÇÃO

A economia portuguesa tem-se mostrado resiliente aos choques recentes, mantendo o equilíbrio externo e beneficiando de condições de estabilidade financeira e orçamental. No entanto, persistem vários desafios ao seu potencial de crescimento no médio prazo. A evolução demográfica adversa vem realçar a importância da produtividade como fonte da melhoria do bem-estar da população. Para promover um maior crescimento da produtividade, é necessário assegurar uma melhor



6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral Ordinária a respetiva transferência para a conta de resultados transitados o resultado líquido do exercício no montante de 529.939 € positivos.

7. ENCERRAMENTO

A Mesa Administrativa agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, bem como aos demais parceiros, o envolvimento e colaboração demonstrados, cruciais para os resultados já atingidos, e mais importante, para alcançar os nossos futuros desafios.

Porto, 2 de março de 2026

A Mesa Administrativa,

Provedor

Pedro de Almeida Saavedra (Eng.º)

Vice-Provedor

José António Pinheiro Teixeira (Dr.)

1º. Secretário

Alberto Joaquim Milheiro Barbosa (Eng.º)

2º. Secretário

Nelson Manuel Duarte Pinheiro Cardoso

Tesoureiro

José Luís da Silva Fonseca (Dr.)

Vice-Tesoureiro

Gaspar Augusto Duarte de Sousa Coutinho (Eng.º)

Vogal

Jorge Manuel Pinto Oliveira



**ORDEM DA
TRINDADE**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANO 2025

Índice

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	2
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	4
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	8
4. FLUXOS DE CAIXA.....	17
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	18
6. ATIVOS INTANGÍVEIS	20
7. INVENTÁRIOS	21
8. CRÉDITOS A RECEBER.....	21
9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	22
10. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES	22
11. DIFERIMENTOS.....	23
12. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	24
13. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	24
14. FUNDOS PATRIMONIAIS	25
15. PROVISÕES	26
16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	28
17. ADIANTAMENTO DE CRÉDITOS A RECEBER.....	30
18. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES.....	30
19. FORNECEDORES	30
20. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	31
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	31
22. SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	33
23. GASTOS COM PESSOAL.....	33
24. OUTROS RENDIMENTOS	33
25. OUTROS GASTOS	34
26. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS.....	34
27. EVENTOS SUBSEQUENTES	35
28. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	35

Sofia Cavadas

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rubricas	Notas	Datas	
		31 Dezembro 2025	31 Dezembro 2024
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 3.13 e 5	41.941.118	42.277.340
Ativos intangíveis	3.13 e 6	1.320	5.420
Investimentos financeiros	3.14 e 12	10.894	8.486
Outros créditos e ativos não correntes	3.4 e 10	647.969	862.827
		42.601.302	43.154.073
Ativo corrente			
Inventários	3.3 e 7	7.505	9.471
Créditos a receber	3.4, 3.13 e 8	706.206	354.137
Estado e outros entes públicos	3.8 e 9	29.670	5.857
Outros ativos correntes	3.4 e 10	516.457	436.495
Diferimentos	11	108.298	111.821
Caixa e depósitos bancários	3.5, 4 e 13	478.998	353.785
		1.847.133	1.271.566
Total do ativo		44.448.435	44.425.639
Fundos Patrimoniais e Passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	2.945.921	2.945.921
Reservas -Doações	14	1.308.025	1.200.474
Resultados transitados	14	2.348.224	1.575.422
Excedentes de revalorização	14	26.213.625	26.403.323
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	3.10 e 14	1.354.770	1.568.898
		34.170.565	33.694.038
Resultado líquido do período		529.939	387.784
Total dos fundos patrimoniais		34.700.504	34.081.823
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	3.7 e 16	7.336.276	8.170.520
Provisões	3.9, 3.13 e 15	20.000	282.261
Outras passivos não correntes	18	158.295	-
		7.514.571	8.452.781
Passivo corrente			
Fornecedores	19	308.246	414.350
Adiantamento de créditos a receber	17	66.000	33.000
Estado e outros entes públicos	3.8 e 9	15.501	28.175
Financiamentos obtidos	3.7 e 16	1.254.272	806.668
Outras passivos correntes	18	409.577	452.087
Diferimentos	11	179.764	156.755
		2.233.360	1.891.036
Total do passivo		9.747.931	10.343.817
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		44.448.435	44.425.639

A Contabilista Certificada,

A Mesa Administrativa,

Sofia Cavadas

25

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	3.12 e 120	3.197.535	2.985.633
Subsídios, doações e legados à exploração	3.10 e 22	-	106.234
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3.3 e 7	(186.302)	(218.966)
Fornecimentos e serviços externos	21	(2.226.986)	(2.257.680)
Gastos com o pessoal	23	(873.405)	(737.837)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	3.13, 8 e 10	-	-
Provisões (aumentos/ reduções)	3.9, 3.13 e 15	262.261	2.686
Aumentos/reduções de justo valor	12	2.408	(758)
Outros rendimentos	3.11 e 24	1.402.870	1.640.124
Outros gastos	3.11 e 25	(55.760)	(75.775)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.522.621	1.443.661
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(645.995)	(575.306)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		876.627	868.356
Juros e rendimentos similares obtidos	26	6.815	110
Juros e gastos similares suportados	26	(353.503)	(480.681)
Resultados antes de impostos		529.939	387.784
Imposto sobre o rendimento do período	3.8	-	-
Resultado líquido do período		529.939	387.784

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

A Mesa Administrativa,

[Handwritten signatures]

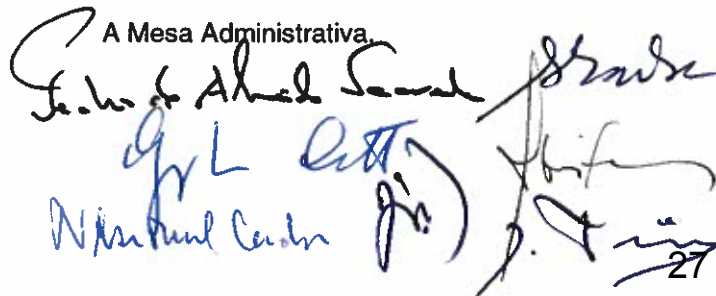
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

	Fundo Social	Reservas Doações	Resultados transitados	Excedentes de revaloriz.	Ajust/Outras variações nos fundos patrim.	Result líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
A 1 de Janeiro de 2024	2.945.921	1.200.474	1.872.150	23.343.866	1.842.713	(738.953)	30.466.172
Alterações no período							
Aplicação de resultados	-	-	(738.953)	-	-	738.953	-
Ajustamentos do período	-	-	442.225	3.059.457	(273.815)	-	3.227.867
Reconhecimento do subsídio ao investimento	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	387.784	387.784
Resultado integral	-	-	-	-	-	387.784	387.784
A 31 de Dezembro de 2024	2.945.921	1.200.474	1.575.422	26.403.323	1.568.898	387.784	34.081.823
A 1 de Janeiro de 2025	2.945.921	1.200.474	1.575.422	26.403.323	1.568.898	387.784	34.081.823
Alterações no período							
Aplicação de resultados	-	-	387.784	-	-	(387.784)	-
Ajustamentos do período	-	107.551	385.018	(189.698)	(214.129)	-	88.742
Reconhecimento do subsídio ao investimento	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	529.939	529.939
Resultado integral	-	-	-	-	-	529.939	529.939
A 31 de Dezembro de 2025	2.945.921	1.308.025	2.348.224	26.213.625	1.354.770	529.939	34.700.504

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

A Mesa Administrativa,



 João de Abreu Santos

 Gyl L. Costa

 Nilsa Paula Costa

 27

FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

	Notas	Períodos	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		3.986.156	4.244.280
Pagamentos a fornecedores		2.561.902	2.645.044
Pagamentos ao pessoal		873.405	737.837
Caixa gerada pelas operações		550.849	861.399
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/ pagamentos		72.116	(316.341)
Subsídios à exploração		-	106.234
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		622.965	651.292
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.037	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Ativos fixos tangíveis em curso		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.500	354.160
Investimentos financeiros		-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		463	354.160
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		97.412	149.977
Juros, dividendos e outros rendimentos		6.815	110
Indemnizações		12.273	5.803
Doação		2.215	30.033
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares		353.503	480.681
Financiamentos obtidos		386.640	576.777
Doação		2.000	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(623.428)	(871.535)
Variação de caixa e seus equivalentes		125.213	133.918
Caixa e seus equivalentes no início do período		353.785	219.867
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4, 13	478.998	353.785

A Contabilista Certificada,

Sofia Caridade

A Mesa Administrativa,

[Handwritten signatures and dates]
2025.12.31

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Introdução

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, da cidade do Porto, instituída por Bento XIV, em 14 de Maio de 1755, teve a sua origem na Ordem Militar dos Trinitários, criada por Inocêncio III, em 1198.

A sua sede foi sempre na cidade do Porto, sendo desde a sua fundação e até 1786, na Capela da Senhora da Batalha; de 1786 até 8 de fevereiro de 1807, na capela do Calvário Novo, ao fundo do campo chamado Mártires da Pátria; e desde 1807 até aos nossos dias, no seu edifício próprio, na Praça da Trindade.

A sua instituição e constituição foram legais desde o seu princípio, regendo-se presentemente, pelos Estatutos aprovados em 23 de Julho de 1935, com as alterações que foram deliberadas e aprovadas em 28 de Março de 1982, em 9 de Dezembro de 1984, em 10 de Dezembro de 2015, em 15 de Novembro de 2017 e, por último, em 27 de Julho de 2020.

Esta Instituição tem duração por tempo indefinido e considera-se formada por número ilimitado de Irmãos, os quais identificam o âmbito natural da sua ação.

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade tem como seus fins principais:

- a) Apoiar, na medida das suas possibilidades e meios disponíveis, os seus Irmãos, na velhice, na invalidez, na doença, bem assim em situações de carência de meios de subsistência;
- b) Alargar as atividades assistenciais e de solidariedade social que constituem o objeto prioritário da Ordem da Trindade a outros necessitados, independentemente da sua qualidade de Irmãos, na medida das possibilidades da Instituição e das necessidades existentes na sociedade envolvente;
- c) Dar integral cumprimento às disposições testamentárias de seus benfeitores;
- d) Praticar no templo privativo todos os atos do culto divino.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 02 de março 2026.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Sofia Cavadas

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da instituição e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, foi homologada a seguinte Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, quanto ao artigo 2.º, artigo 4.º, artigos 6.º, 7.º e 8.º, artigo 9.º, artigo 10.º, artigo 11.º e artigo 12.º.
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras), com alterações pela Portaria n.º 220/2015;
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual), alterações introduzidas pelo aviso 8254/2015;
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro), alterações introduzidas pelo aviso n.º 8256/2015.
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas), com alterações introduzidas pela Portaria n.º 2018/2015.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Instituição, com impacto significativo no valor contabilístico de ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstas na Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa e anexo.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Sofia Cavada

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem e foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e de acordo com o sistema normalização contabilística (SNC).

Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Se existir essa necessidade, as demonstrações financeiras podem ter de ser preparadas segundo um regime diferente, e se assim for, o regime usado será divulgado. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Apesar das incertezas que o momento atual acarreta, não está em causa o princípio da continuidade.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Concetual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Sotz Cavadas

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este inclui o custo estimado à data de transição para SNC e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Após o reconhecimento, as classes de Terrenos e Edifícios são escrituradas por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade

sofrer lavadas

acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes.

Após o reconhecimento, com exceção dos prédios que se encontram em compropriedade sítos na Rua Costa Cabral n.º 88/90, Rua da Constituição n.º 683 e Rua dos Clérigos n.º 9/13, as classes de Terrenos e Edifícios são escrituradas por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas nas demonstrações dos resultados como perdas por imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que difiram materialmente da quantia escriturada.

Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciables, são também transferidos para a rubrica «*Resultados Transitados*».

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Vidas úteis</u>
Edifícios e outras construções	14 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 10 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3 a 8 anos
Outras Imobilizações Corpóreas	7 a 8 anos

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Sora Cavada

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registada uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados. No entanto, à data de 31 de dezembro de 2025, ainda não foi possível proceder-se a um rigoroso controlo ao nível de todos os ativos fixos tangíveis, nomeadamente ao nível das obras de arte, pratas e objetos de culto, estando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade a estruturar um projeto para uma inventariação e valorização compreensiva desses ativos.

3.2. Ativos financeiros

A Mesa Administrativa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF- ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

Uma entidade deve mensurar os seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

No entanto, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, mediante necessidade supletiva, adota o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros e classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer

Sofia Caradas

contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, reconhecerá uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os Ativos financeiros podem ser classificados como:

- i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiro não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade se compromete a comprar ou a vender o ativo.

3.3. Inventários: mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio ponderado como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

3.4. Créditos a receber e Outros ativos

As rubricas de Créditos a receber e Outros ativos são reconhecidas ao custo, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

Sofia Cavadas

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados (na mesma rubrica), caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 12 meses.

3.6. Passivos financeiros

A Mesa Administrativa determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF- ESNL 17 – Instrumentos financeiros.

Uma entidade deve mensurar os seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- a) Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e
- b) Contratos para conceder ou contrair empréstimos.

No entanto, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, mediante necessidade supletiva, adota o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros e classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Sofia Cavadas

3.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são mensurados ao custo, líquido de custos de transação e montagem incorridos, com exceção dos:

- * Financiamento de médio e longo prazo ao abrigo da linha BPI/IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana;
- * Financiamento Linha de Apoio ao Sector Social – Jessica.

Estes financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.8. Imposto sobre o rendimento

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta os rendimentos comerciais sujeitos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. A Mesa Administrativa não considera necessária a constituição de qualquer provisão para esse efeito.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade divulga tal fato como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Sofr Cavada

3.10. Subsídios recebidos

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Ajustamentos/outras variações no capital próprio", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.11. Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Mesa Administrativa tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Sofia Cavadas

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1. Provisões

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.13.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos Resultados de cada exercício.

3.13.3. Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Instituição.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Mesa Administrativa no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.14. Investimentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.15. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Fluxos de Caixa

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a:

- a. Recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente; e
- b. Recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex.utilização e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidadas nas transações realizadas.

Os pagamentos ao pessoal incluem as retenções na fonte e os encargos para a Segurança Social.

São apresentados como atividade de financiamento os pagamentos de juros de empréstimos obtidos, independentemente de terem ou não sido capitalizados nos termos da NCRF-ESNL 10 – Custos de empréstimos obtidos.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários não são considerados como tal, sendo considerados em financiamentos obtidos, caso existam.

Sofia Cavadas

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

	Terras e Edifícios e outras const	Equipamento básico	Equipamento trans porte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos em curso	Total
1 de Janeiro de 2024							
Custo de aquisição	38 888 759	403 537	19 231	185 533	1 479 539	359 777	41 316 376
Depreciações acumuladas	-1 040 103	-118 043	-19 231	-106 617	-25 515	0	-1 970 109
Valor líquido	37 228 657	284 893	0	18 916	1 454 024	359 777	39 346 267
31 de Dezembro de 2024							
Adições	0	0	0	0	0	0	0
Anulação do valor antes reavaliação	-37 687 904	0	0	0	0	0	-37 687 904
Reavaliação	40 193 600	0	0	0	0	0	40 193 600
Transferências e abates - AFT	359 777	0	0	0	0	-359 777	0
Depreciação - exercício	-446 235	-39 130	0	-5 663	-19 372	0	-510 400
Depreciação - regularizações	0	-53 509	0	-6 638	0	0	-60 207
Depreciação - anulações	966 965	0	0	0	0	0	966 965
Valor líquido	3 415 222	-92 699	0	-12 301	-19 372	-359 777	2 931 073
31 de Dezembro de 2024							
Custo de aquisição/reavaliado	41 734 232	403 537	19 231	185 533	1 479 539	0	43 822 071
Depreciações acumuladas	-1 060 353	-211 343	-19 231	-178 918	-44 887	0	-1 544 732
Valor líquido	40 643 879	192 194	0	6 615	1 434 652	0	42 277 340

Sora Cercada

18


Demonstrações Financeiras (euros)
31 de dezembro de 2025

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registrados em rubricas do ativo fixo tangível foram os seguintes:

	Terrenos e Edifícios e outras const	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Total
1 de Janeiro de 2025						
Custo de aquisição	41 734 232	403 537	19 231	185 533	1 479 539	43 822 073
Depreciações acumuladas	-1 090 353	-211 343	-19 231	-178 918	-44 887	-1 544 733
Valor líquido	40 643 879	192 195	0	6 615	1 434 651	42 277 340
31 de Dezembro de 2025						
Adições	0	0	0	1 037	0	1 037
Revalorização	288 000	0	0	0	0	288 000
Doeções	0	0	0	0	14 871	14 871
Alienações	0	0	-19 231	0	0	-19 231
Transferências e abates - AFT	0	0	0	-3 811	1 765	-2 046
Depreciação - exercício	-577 360	-43 602	0	-3 265	-17 667	-641 895
Depreciação - regularizações	0	0	19 231	3 811	0	23 043
Valor líquido	-289 360	-43 602	0	-2 228	-1 031	-351 093
31 de Dezembro de 2025						
Custo de aquisição/revalorizado	42 022 232	403 537	0	182 759	1 496 175	44 104 703
Depreciações acumuladas	-1 667 713	-254 945	0	-178 372	-62 555	-2 163 585
Valor líquido	40 354 519	148 592	0	4 387	1 433 621	41 941 118

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several initials below it.

Esopo Cavada

Em finais de 2024, foram efetuadas avaliações de todos os imóveis cuja propriedade pertence à Celestia Ordem Terceira da Santíssima Trindade, com exceção dos prédios em copropriedade, tendo o valor do excedente de revalorização sido relevado em fundos próprios no montante de 3.501.680,98€. No que se refere à vida útil dos bens, os Relatórios de avaliação mencionam a vida útil estimada de cada um e que foram consideradas no cálculo das depreciações de 2025.

Com referência a junho de 2025, foi efetuada avaliação do terreno sito na Travessa da Regeneração 172, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 16661 e descrito na conservatória do registo predial sob o n.º 2417, do concelho do Porto, com um Valor Patrimonial Tributário (VPT) de 92.680 euros. A avaliação foi realizada com base em relatório subscrito por entidade avaliadora devidamente credenciada, da qual resultou um aumento no montante de 288.000 euros.

Investimentos em curso - Ativos fixos tangíveis

Em final de 2024, e com base nesta nova avaliação, foi transferido para Ativos Fixos Tangíveis o valor que se encontrava registado em investimentos em curso referente ao “Edifício Setecentista – Espaço de Serviços.”

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados pela sua totalidade.

6. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram os seguintes:

	2025	2024
Valor bruto i)	25 363	25 363
Depreciações acumuladas	-24 043	-19 943
Total ativos intangíveis	1 320	5 420

- i) Reflete o rebranding da marca, desenvolvimento do Website e branding do Museu.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha reta e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a Empresa, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa possuir o controlo sobre os mesmos.

7. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está discriminado de acordo com a seguinte tabela:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Mercadorias	7 505	5 554
Matérias-primas, subs e de consumo	-	3 917
	<u>7 505</u>	<u>9 471</u>

O merchandising à venda no Museu, nomeadamente, livros, marcadores de livros e outros artigos alusivos à entidade, encontram contabilizados em mercadorias.

O valor refletido em matérias-primas, subsidiárias e de consumo corresponde a economato.

Desde 2021, e uma vez que apenas são realizadas encomendas conforme o necessário para consumo semanal, e a gestão dos medicamentos/consumíveis para os Cuidados Continuados passou a ser realizada pela Farmácia Barreiro e todas as compras para o departamento clínico passaram a ser consideradas como custo do mês.

Mercadorias					Matérias-primas, subs e de consumo				
SI	Compras	Reg. Exist.	SF	CMVMC	SI	Compras	Reg. Exist.	SF	CMVMC
5 554	3 920	70	7 505	1 899	3 917	184 403	3 917	0	184 403

8. Créditos a receber

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição da rubrica de Créditos a receber, é como se segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes	356 135	187 496
Clientes - Factoring	350 070	166 641
Clientes cobrança duvidosa	17 751	17 751
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-17 751</u>	<u>-17 751</u>
Total saldo Clientes - correntes	<u>706 206</u>	<u>354 137</u>

Sofr Lavadas

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes.

O saldo em clientes de factoring reflete o valor a receber da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Quanto ao saldo existente em clientes de cobrança duvidosa, este inclui saldos em mora e saldos respeitantes a processos que se encontram em cobrança coerciva das dívidas, estando a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade a aguardar pelas respetivas sentenças.

9. Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos são os seguintes:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Retenções na fonte	17 362	0	-	7 396
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	12 307	0	5 857	0
Contribuições p/ segurança social	-	15 501	-	20 779
Total Estado e outros entes públicos	29 670	15 501	5 857	28 175

O saldo em Retenções reflete o valor de 24.365,60€ retido pelo Instituto de Segurança Social, I.P. a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira.

10. Outros ativos correntes e não correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição da rubrica de outros créditos a receber, é a seguinte:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Devedores por acréscimo de rendimentos	271 256	-	271 256	436 495	-	436 495
Outros devedores	245 202	647 969	893 171	-	862 827	862 827
Outros créditos a receber	516 457	647 969	1 164 427	436 495	862 827	1 299 322

Soz Cavadas

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A rubrica de outros devedores não correntes inclui o valor de 613.406 Euros a receber relativo ao contrato celebrado entre a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, e o Hospital CUF Porto, S.A assim como, 9.731 Euros relativos a depósito de caução efetuada a Camara Municipal do Porto. Também aqui foi considerado o montante de 24.721 Euros da Herança do Eng^o Martins Fernandes e o valor de 111 Euros referente a penhora AT.

Em 12 de Abril de 2018, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade constituiu a sociedade "Hospital da Ordem da Trindade, Unipessoal, Lda", com um capital de 1.000 €, sendo a única sócia. Em 28 dezembro 2018, a referida sociedade foi transformada numa sociedade anónima e em simultâneo foi efetuado um aumento de capital, cuja realização foi efetuada através de entradas em espécie, passando a sua participação a ser de 1.028.923,89 € (valor nominal das ações de 499.996 € e o valor de 528.927,89 € como prémio de emissão), representativa de 99,99 % do capital. Com esta operação obteve uma mais-valia de 930.300,15€.

Foi ainda celebrado, em 31 outubro 2018, um contrato de promessa de venda da totalidade das ações à José Mello Saúde, SA e Hospital Cuf Porto, SA, em que previa a venda de 46,78% das ações em janeiro de 2019. Com a venda deste ativo, em 2019, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade registou nas suas contas uma mais-valia de aproximadamente 1.600.000 euros.

Os restantes 53,22% do capital desta sociedade foram vendidos à sociedade Hospital Cuf Porto, SA, após o licenciamento do Hospital pela Entidade Reguladora da Saúde (ERS), bem como a transmissão para a sociedade da totalidade dos acordos/convenções da titularidade da Ordem da Trindade no âmbito da atividade hospitalar, o que aconteceu em 07 de outubro de 2022. Nessa data, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, recebeu 2.280.083,33 Euros, sendo que o remanescente será pago em 7 anuidades, com o vencimento da primeira a ocorrer em 31 de janeiro de 2023, do seguinte modo:

230.718,75 €	31/01/2023
225.468,75 €	31/01/2024
220.218,75 €	31/01/2025
214.968,75 €	31/01/2026
209.718,75 €	31/01/2027
204.468,75 €	31/01/2028
199.218,76 €	31/01/2029

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Instituição tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Sofia Cavadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Seguros	17 459	7 856
Outros serviços	90 839	103 966
Gastos a reconhecer	<u>108 298</u>	<u>111 821</u>
Rendas antecipadas	179 764	156 755
Rendimentos a reconhecer	<u>179 764</u>	<u>156 755</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a gastos faturados/pagos, mas que dizem respeito ao ano seguinte. Por sua vez, os rendimentos a reconhecer resultam na íntegra ao diferimento de rendas antecipadas.

12. Investimentos Financeiros

Na data de balanço, esta rubrica apresenta o valor de 4.683 Euros, relativo ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), e de 6.211 Euros, relativo a ações, refletindo uma variação positiva de 2.408€ no período.

13. Caixa e depósitos bancários

13.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Neste âmbito, não existe nada a registrar.

13.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa	701	796
Depósitos bancários	478 297	352 989
	<u>478 998</u>	<u>353 785</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>478 998</u>	<u>353 785</u>

Sophia Cavadas

Rosa
J. Silva
A. Silva
J. Silva

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Numerário		
- Caixa	701	796
	<u>701</u>	<u>796</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	478 297	352 989
	<u>478 297</u>	<u>352 989</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u><u>478 998</u></u>	<u><u>353 785</u></u>

14. Fundos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica dos "Fundos patrimoniais" apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fundos patrimoniais:		
* Fundo social	2 945 921	2 945 921
* Reservas de doação	1 308 025	1 200 474
* Resultados transitados	2 348 224	1 575 422
* Excedentes de revalorização	26 213 625	26 403 323
* Ajustamentos/outras variações nos fundos pat.	1 354 770	1 568 898
* Resultado líquido do período	529 939	387 784
	<u><u>34 700 504</u></u>	<u><u>34 081 823</u></u>

De salientar que a rubrica de "Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais" e "Excedentes de Revalorização" tiveram no período o seguinte movimento:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>Variações</u>
Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais:			
* Subsídios não reembolsáveis	259 540	323 396	- 63 856
* Custo amortizado IFRRU e Jessica	1 095 230	1 245 502	- 150 272
	<u><u>1 354 770</u></u>	<u><u>1 568 898</u></u>	<u><u>- 214 128</u></u>
Excedentes de revalorização	<u><u>26 213 625</u></u>	<u><u>26 403 323</u></u>	<u><u>- 189 698</u></u>

Sofia Cavadas

A variação ocorrida na rubrica "subsídios não reembolsáveis" corresponde ao valor reconhecido como rendimento em 2025, em função das depreciações dos ativos subjacentes.

A variação ocorrida na rubrica "excedentes de revalorização" corresponde ao excedente de revalorização resultante da avaliação dos imóveis, reportada a 30 de junho de 2025, explicitado na nota 5 deste Anexo. Foi igualmente considerado, na proporção das depreciações, as transferências das reservas de reavaliações legais/excedentes de revalorização para a conta 56 - Resultados transitados.

15. Provisões

A rubrica das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processos judiciais	<u>20 000</u>	<u>282 261</u>
	<u>20 000</u>	<u>282 261</u>

No ano de 2025, e no que diz respeito à rubrica de Provisões, após uma avaliação dos eventuais riscos da atividade da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, ocorreram os seguintes movimentos:

- redução de provisão constituída em anos anteriores referente a processo judicial que correu termos no Juízo Central Cível do Porto, atividade hospitalar, findo por transação, sem necessidade de realização de julgamento e de prolação de ulterior sentença que apreciasse o mérito da causa, de acordo com documento particular celebrado junto do Tribunal Judicial da Comarca do Porto em 19 de dezembro de 2025, e sentença homologatória proferida em 6 de janeiro de 2026.

Mais se informa, que se encontra em fase de instrução, o Processo 6625/20.OT8PRT referente a um pedido de indemnização de responsabilidade por atos médicos contra a OT e o médico, no montante global de 111.822 Euros. Como este eventual dano está coberto pelo seguro de responsabilidade civil, a Mesa Administrativa não reconhece risco nesta ação, não tendo constituído qualquer provisão para este efeito.

Em meados de 2024, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade foi objeto de 3 ações inspetivas de âmbito parcial, dirigidas ao IVA dos anos de 2020, 2021 e 2022.

Estas ações inspetivas tiveram origem numa outra ação inspetiva à sociedade BG – Build Grow, SA, na qual se verificou que esta sociedade, nos serviços de empreitada de construção civil prestados liquidou indevidamente IVA.

Sofia Cavada

No dia 21 de novembro de 2024, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade exerceu o seu Direito e Audição nos 3 processos inspetivos ao abrigo do disposto no artigo 60º da Lei Geral Tributária (LGT) e no artigo 60º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira (RCPITA).

A Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade declara que não houve qualquer propósito de fraude ou evasão fiscal, tendo o IVA sido sempre entregue nos cofres do Estado, tendo havido erro somente na entidade que o entregou, pelo que, a Mesa Administrativa entende que a AT deve abster-se de efetuar agora qualquer correção.

Em dezembro de 2024, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade foi notificada sobre o relatório final de três ações inspetivas, no âmbito das obras de reabilitação do Hospital da Trindade, que envolveram a contratação de diversos serviços de construção civil e serviços técnicos associados, as quais, originaram liquidações adicionais de imposto dirigidas ao IVA dos anos de 2020, 2021 e 2022, nos seguintes termos:

- 1) Ano de 2020: € 371.758,01;
 - 2) Ano de 2021: € 251.211,62;
 - 3) Ano de 2022: € 34.933,12.
- (a estes valores acrescem juros e coimas)

Em abril de 2025, a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade apresentou reclamação graciosa contra as referidas liquidações, a qual veio a ser indeferida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, tendo, subsequentemente, em novembro de 2025, deduzido impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, sob o n.º 198/26.8BEPRT (UO 4).

Os processos executivos para cobrança coerciva das liquidações encontram-se suspensos, mediante entrega voluntária de hipoteca sobre as frações AC, AD, AE e Z do prédio urbano denominado Igreja e Hospital da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o número 1556/20041028 e inscrito na respetiva matriz sob os artigo n.º 16461.

A posição da entidade assenta, entre outros fundamentos, no entendimento de que as obras de reabilitação se encontram integralmente afetas a atividades isentas de IVA, não sendo aplicável o regime de inversão do sujeito passivo, na correta interpretação do artigo 2.º, n.º 1, alínea j), do Código do IVA, sob pena de violação do artigo 55.º do RGIT e do artigo 18.º da Constituição da República Portuguesa.

Adicionalmente, a entidade sustenta que o imposto em causa foi liquidado pelos fornecedores, conforme declarações por estes emitidas e informações obtidas no âmbito da inspeção, e entregue ao Estado, pelo que a manutenção das liquidações adicionais seria contrária ao princípio da justiça (cfr. artigo 266.º, n.º 2, da Constituição, artigo 7.º do CPA e artigo 55.º da LGT).

Sofia Cavada

A Mesa Administrativa da Ordem da Trindade, com base na informação jurídica prestada pelos Advogados e Consultores Fiscais externos, entende que os montantes em causa não são devidos e considera existirem fundamentos jurídicos relevantes que sustentam a posição da entidade no referido processo judicial, pelo que, decidiu não constituir qualquer provisão relativamente a este processo.

Por tudo o acima exposto, a Mesa Administrativa tem a firme convicção do desfecho positivo do processo acima referidos e da consequente ilegalidade das liquidações adicionais de IVA e dos respetivos juros compensatórios, concluindo ser virtualmente certo que não decorrem quaisquer responsabilidades relativamente às liquidações adicionais de IVA dos anos de 2020, 2021 e 2022, conexas com os serviços de construção civil de reabilitação do Hospital da Trindade.

Não são conhecidos ulteriores desenvolvimentos processuais no presente exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e até à data da emissão do presente relatório.

16. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza, no final do exercício de 2025, é como se segue:

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1 254 272	7 336 276	8 590 548	806 668	8 170 520	8 977 188
	1 254 272	7 336 276	8 590 548	806 668	8 170 520	8 977 188

O projeto da reabilitação do Quarteirão da Trindade visava reabilitar todo o conjunto edificado, com particular atenção na remodelação profunda do Hospital, dotando-o de melhores condições estruturais e meios técnicos de vanguarda, que permitissem aumentar a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de resposta aos cidadãos.

Assim, no dia 6 de fevereiro de 2020, foi assinado com o BPI um contrato de financiamento na sequência do projeto de reabilitação de infraestruturas e nas necessidades de apoio à tesouraria:

- Financiamento de médio e longo prazo ao abrigo da linha BPI/IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana. O montante do financiamento é 9.800 milhões de euros, dividido em 2 tranches de 4.900 milhões de euros cada, sendo uma financiada com fundos do IFRRU 2020 a 20 anos e outra pelo Banco BPI

Sofia Cavaco

pelo prazo de 11,6 anos. O financiamento IFRRU encontra-se mensurado ao custo amortizado, tendo o valor sido atualizado, com referência a 31 dezembro 2025.

As garantias prestadas são as seguintes:

- a) constituição de hipoteca sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, AA, AB e AF do prédio urbano denominado "Igreja e Hospital da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade", descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 1556/20041028 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo n.º 16461;
- b) consignação de rendimentos sobre o imóvel supra descrito, nomeadamente dos rendimentos do contrato de arrendamento celebrado entre a Ordem da Trindade e a sociedade "Hospital Ordem da Trindade", S.A.", em 31 de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor em dívida perfaz o montante de 7.604.448 Euros.

Em abril de 2021 foi contratualizado Contrato de Empréstimo – Iniciativa JESSICA:

- Financiamento Jéssica/BPI, de médio e longo prazo, no montante de 500 mil euros, dividido em 2 tranches de 250.000 Euros cada, sendo uma financiada por Fundos Estruturais da EU e pelo Estado Português a 10 anos e outra pelo Banco BPI pelo prazo de 6 anos. O financiamento JESSICA encontra-se igualmente mensurado ao custo amortizado, e à data de 31 de dezembro de 2025, o valor em dívida fixa-se em 360.511 Euros, tendo sido feita uma segunda garantia sobre o Quarteirão da Trindade.

Em 2020, foram ainda contratualizados dois novos financiamentos, específicos para fazer face ao agravamento dos gastos resultantes da pandemia, recorrendo às linhas disponibilizadas para o efeito:

- Financiamento Linha de Crédito Caixa Invest Covid Negócios no montante de 150.000 euros e pelo prazo de 72 meses, mas em fecho de 2025, o montante em dívida é de 24.266 Euros.
- Financiamento Linha de Apoio ao Sector Social - Covid 19 BPI/Norgarante, no montante de 500.000 euros e pelo prazo de 72 meses, e, à data de 31 de dezembro de 2025, o valor a pagar fixa-se em 133.333 Euros.

Acresce a estes montantes, o valor utilizado na conta caucionada da CGD no montante de 152.412 Euros.

Em 2021 foi contratualizado um financiamento de Factoring, para pedido de adiantamento das faturas emitidas à ARS Norte de forma a apoiar a tesouraria e que se mantém ativo desde 2022.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

17. Adiantamento de créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de Adiantamento de créditos a receber é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos de Clientes	66 000	33 000
	<u>66 000</u>	<u>33 000</u>

18. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2025</u>			<u>2024</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Outros credores						
Credores diversos	151 833	-	151 833	112 184	-	112 184
Fat receção e confer	-	154 249	154 249	-	-	-
Pessoal	18 656	4 045	22 701	49 598		49 598
Acréscimos de custos						
Férias e Sub Férias	109 655	-	109 655	96 764	-	96 764
Seg social indep	38 121	-	38 121	30 373	-	30 373
Outros Acréscimos	91 312	-	91 312	163 169	-	163 169
Outras dívidas a pagar	<u>409 577</u>	<u>158 295</u>	<u>567 872</u>	<u>452 087</u>	<u>-</u>	<u>452 087</u>

A rubrica de outros passivos não correntes inclui o valor de 154.249 Euros, resultante da conclusão das integrações mensais no âmbito do Encerramento da Atividade gerida pelo Hospital CUF do Porto, o qual não é reconhecido pela Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e relativamente ao qual decorre uma tramitação acordada, ainda em conferência.

19. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se a empresas farmacêuticas e de âmbito hospitalar.

Handwritten signature in blue ink.

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores	308 246	-	308 246	414 350	-	414 350
Fornecedores	308 246	-	308 246	414 350	-	414 350

20. Vendas e Prestação de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como se segue:

	2025	2024
Vendas de Mercadorias		
Mercado interno	2 385	4 987
Sub-total	2 385	4 987
Prestação de Serviços		
Mercado interno	3 195 150	2 980 646
Sub-total	3 195 150	2 980 646
Vendas e prestações de serviços	3 197 535	2 985 633

21. Fornecimentos e serviços externos

Em 2025 temos uma diminuição de 30.694 Euros em fornecimentos e serviços externos (FSE), correspondente a 1% do total da rubrica. Os maiores aumentos ocorreram nas sub-rubricas de subcontratos, comissões, eletricidade, água e contencioso e notariado que, acabaram por serem compensados pela diminuição nos consumos de trabalhos especializados, honorários e rendas e alugueres.

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 31 de dezembro de 2025 é o seguinte:

Sota Levada

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Subcontratos	372 025	352 088
Trabalhos especializados	406 274	410 308
Publicidade e propaganda	2 661	1 221
Vigilância e segurança	-	230
Honorários	868 271	904 138
Comissões	11 308	-
Conservação e reparação	52 550	56 150
Despesas bancárias	345	916
Ferramentas e utensílios	2 623	482
Material de escritório	196	1 872
Eletricidade	257 081	248 490
Combustível	114	243
Água	71 326	60 369
Air Liquide Medicinal	-	24 000
Gás natural	84 091	76 159
Deslocações e estadas	900	608
Rendas e alugueres	43 790	66 795
Comunicações	11 221	11 942
Seguros	26 488	32 302
Contencioso e notariado	6 349	2 067
Despesas de representação	3 806	569
Limpeza, higiene e conforto	3 806	2 441
Outros	1 761	4 291
Fornecimentos e serviços externos	<u>2 226 986</u>	<u>2 257 680</u>

Estão incluídos nesta rubrica os honorários totais faturados durante o período pela sociedade de revisores oficiais de contas, relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras anuais.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Revisão Oficial das Contas	5 952	5 820
	<u>5 952</u>	<u>5 820</u>

Sofe Caradas

22. Subsídios à exploração

Em 31.12.2025 o detalhe dos subsídios à exploração é o seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Subsídios à exploração	-	<u>106 234</u>

Os subsídios referem-se, essencialmente, aos valores recebidos da Segurança Social afetos à atividade de cuidados continuados. A partir de 2025, estas verbas provenientes dos Acordos de Cooperação entre o Estado e entidades do setor não lucrativo, para fazer face a respostas sociais (Acordos típicos) são registados na rubrica "Vendas e serviços prestados" por se tratarem de uma prestação de serviços.

23. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2025 e 2024, foram os seguintes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Remunerações		
Pessoal	699 555	587 334
Encargos sociais		
Segurança Social	149 679	124 435
Seg. Acidentes de trabalho	6 943	13 902
Outros gastos com pessoal	<u>17 228</u>	<u>12 166</u>
Gastos com o pessoal	<u>873 405</u>	<u>737 837</u>

O número médio de funcionários em 2025 foi de 38 e em 2024 tinha sido de 37.

24. Outros rendimentos

Em 31.12.2025 a rubrica de outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

Sofre Cavado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Rendimentos suplementares	240 708	244 347
Rendimentos em investimentos não financeiro	1 500	354 160
Rendas	955 247,72	925 830,67
Correções relativas a anos anteriores	49 594	4 001
Outros	<u>155 820</u>	<u>111 785</u>
Outros rendimentos e ganhos	<u>1 402 870</u>	<u>1 640 124</u>

- Em Outros ganhos inclui o montante de 63.856 Euros referente ao reconhecimento do subsídio ao investimento afeto a dois projetos cofinanciados (eficiência energética e cuidados continuados), na proporção das depreciações do exercício dos bens subjacentes.
- O valor das rendas em 2025 regista um considerável aumento face a 2024, uma vez que integra a anuidade das mesmas, atualizadas à taxa legal em vigor.

25. Outros gastos

Em 31.12.2025 o detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Impostos	8 163	2 303
Dívidas incobráveis	-	5 940
Outros não especificados	<u>47 597</u>	<u>67 532</u>
Outros gastos e perdas	<u>55 760</u>	<u>75 775</u>

Em outros gastos inclui o montante de 28.500 Euros relativos a indemnizações pagas por rescisões de contratos.

26. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2025 e 2024 é como se segue:

Sora Cavada

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Gastos financeiros		
Juros pagos e outros gastos financiamento	<u>353 503</u>	<u>480 681</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	<u>6 815</u>	<u>110</u>
Resultado financeiro	<u>-346 688</u>	<u>-480 571</u>

27. Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 2 de março de 2026. No entanto, a Assembleia Geral pode não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

28. Proposta de aplicação de resultados

Nos termos legais e estatutários a Mesa Administrativa propõe à Assembleia Geral Ordinária a respetiva transferência para a conta de resultados transitados o resultado líquido do exercício no montante de 529.939 € positivos.

Porto, 2 de março de 2026,

A Contabilista Certificada,

Sofia Cavadas

A Mesa Administrativa,

Luís de Almeida F. L.
João L. Costa
António Manuel Lourenço
J. J.
Y. F.
J. J.



**ORDEM DA
TRINDADE**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

ANO 2025

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 44.448.435 euros e um total de fundos patrimoniais de 34.700.504 euros, incluindo um resultado líquido de 529.939 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a “Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo” adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

1. Conforme a nota 5 (Ativos Fixos Tangíveis) do Anexo às Demonstrações Financeiras, procedeu-se à revalorização adicional de um terreno, com base em relatório de avaliação subscrito por entidade avaliadora devidamente credenciada, da qual resultou um aumento líquido dos fundos próprios no montante de 288.000 euros.
2. Conforme a nota 15 (Provisões) do Anexo às Demonstrações Financeiras o montante reconhecido de provisões para processos judiciais é de 20.000 euros, sendo que existe um pedido de indemnização, no montante de 111.822 euros, para o qual não é reconhecido risco, não tendo constituído qualquer provisão para este efeito porque está coberto pelo seguro de responsabilidade civil; relativamente a liquidações adicionais de IVA efetuadas em inspeção tributária foi deduzida impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e não foi constituída provisão sobre este facto, uma vez que com base na informação jurídica prestada pelos Advogados e Consultores Fiscais externos, a Mesa Administrativa entende que os montantes em causa não são devidos e considera existirem fundamentos jurídicos relevantes que sustentam a posição da entidade no referido processo judicial.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a “Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística”;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a

informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 19 de março de 2026

Assinado por: Paulo Jorge Seabra dos Anjos
Num. de Identificação: 10857602
Data: 2026.03.19 19:20:21+00'00'

Anjos & Associados – SROC, Lda
Representada por: Dr. Paulo Jorge Seabra dos Anjos
ROC nº 1520, inscrito na CMVM sob o nº 20161130



**ORDEM DA
TRINDADE**

PARECER DA JUNTA CONSULTIVA

ANO 2025



**Parecer da Junta Consultiva relativo à proposta da Mesa Administrativa de
Relatório e Contas do Exercício de 2025**

Em cumprimento dos Estatutos da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, a Junta Consultiva acompanhou com regularidade a ação desenvolvida pela Mesa Administrativa durante o exercício de 2025 e igualmente examinou o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados apresentados, os quais, ouvidos também o Revisor Oficial de Contas e a Contabilista Certificada, descrevem em nossa opinião com exatidão a situação económica e financeira desta Instituição.

Do ponto de vista económico, verificou esta Junta a existência de um Resultado Líquido do Exercício de 2025, no valor de 529.939 Euros, representando uma evolução favorável, face ao ano anterior, de 142.155 Euros e face ao Orçamentado, de 257.837 Euros.

A análise quantitativa das diferentes rubricas que compõem as Demonstrações Financeiras deverá ser complementada essencialmente tendo em conta:

- Os diferentes impactos decorrentes da implementação do Projeto de Reestruturação da Ordem da Trindade, aprovado na Assembleia Geral de 16 de novembro de 2018, que prossegue como planeado.
- O impacto nos custos por força da manutenção do conflito na Ucrânia.

Do ponto de vista da formação dos Resultados Líquidos do Exercício, importa analisar a evolução verificada nas rubricas de Rendimentos Totais e de Gastos Totais.



ORDEM DA TRINDADE

Assim:

- Os Rendimentos operacionais tiveram uma redução de 25.352 Euros (-0,5%) relativamente ao ano anterior e uma variação favorável 25.617 Euros (0,6%) face ao Orçamentado.
- Os Gastos operacionais (Custo das mercadorias consumidas, Custo com o pessoal, Fornecimentos e Serviços e Outras despesas) aumentaram em 52.195 Euros (+1.5%) relativamente ao ano anterior e em 42.535 Euros (1.3%) face ao Orçamentado.
- As Amortizações aumentaram de 575.306 Euros para 645.995 Euros, um crescimento de 12%, em linha com o valor orçamentado (650.333 Euros).
- A reversão de Provisões e os Aumentos/reduções de justo tiveram um impacto positivo no resultado (264.669 Euros, contrastando com um impacto negativo de 1.928 Euros no ano anterior.

2- Relativamente à Situação Patrimonial, espelhada pelo Balanço, destacamos os seguintes aspetos:

- O Ativo manteve-se praticamente constante, com um ligeiro aumento de 22.796 Euros;
- O Passivo registou uma diminuição de 595.886 Euros, cerca de 1,8%;
- Como consequência, os Fundos Patrimoniais aumentaram 618.681 Euros, correspondendo a um aumento de 1,8%.

Verifica-se uma redução substancial do valor de Provisões para processos judiciais, dado que um deles foi dado como findo por transação, sem necessidade de realização de julgamento e de prolação de ulterior sentença para apreciação do mérito da causa, de acordo com documento particular celebrado junto do Tribunal Judicial da Comarca do Porto em 19 de dezembro de 2025, com sentença homologatória proferida em 6 de janeiro de 2026.



ORDEM DA TRINDADE

O risco relativo a outro processo referente a pedido de indemnização de responsabilidade por atos médicos contra a OT, no montante global de 111.822 Euros encontra-se coberto por seguro de responsabilidade civil.

Relativamente ao processo de inversão do sujeito passivo, de liquidação adicional de IVA relativo aos anos de 2020, 2021 e 2022, de que a Ordem discorda, conclui a Mesa Administrativa não subsistir risco relevante de reconhecimento do montante que, apesar de pago, se encontra pendente de aceitação pela AT, suportada na informação jurídica prestada pelos Advogados e Consultores Fiscais externo.

As explicações para as variações observadas, quer relativamente ao Exercício anterior, quer em relação ao Orçamento, encontram-se detalhadas no Relatório de Gestão apresentado pela Mesa Administrativa.

Conforme é convicção desta Junta Consultiva, a continuação do Projeto de Reestruturação e as Ações em curso, nomeadamente a exploração da atividade museológica e a rentabilização do património, permitirão assegurar o sucesso desta Instituição centenária na prossecução dos seus Princípios e Objetivos consagrados estatutariamente pelos seus Irmãos, permitindo assim a concretização da Missão Social que está na sua génese.

Recomenda, esta Junta Consultiva, uma observação permanente dos impactos decorrentes da recente guerra instalada no Médio Oriente, que se verifica já, nomeadamente, no preço dos combustíveis, mas que se estenderá, certamente, a outras rubricas.



ORDEM DA TRINDADE

Nesta conformidade, a Junta Consultiva nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 32.º dos Estatutos, é de opinião que a Assembleia Geral:

1. Aprove o Relatório, o Balanço e as Contas apresentadas pela Mesa Administrativa;
2. Aprove, igualmente a proposta, constante do Relatório da Mesa Administrativa, dos Resultados Líquidos do Exercício serem transferidos para Resultados Transitados;
3. Aprove um voto de louvor à Mesa Administrativa pela dedicação e empenhamento;
4. Aprove, também um voto de louvor a todos os funcionários e colaboradores da Instituição, pela dedicação e empenhamento.

Pela Junta Consultiva

O Presidente

Assinado por: **Carlos Manuel Antunes Mendes**
Num. de identificação: 07267421
Data: 2026.03.21 15:49:18+00'00'

(Carlos Manuel Antunes Mendes Dr.)